



II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais *Culturas, leituras e representações*

1

A MULHER DOCENTE E A EDUCAÇÃO FEMININA: O CASO DA VILA DE TAPEROÁ-PB NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Faustino Teatino Cavalcante Neto

Universidade Estadual de Pernambuco – UEPB

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Resumo

Este trabalho tem por objetivo compreender os significados do magistério e da educação feminina nas primeiras décadas do século XX na vila de Taperoá-PB. Especificamente, procuramos analisar de que maneira educadoras e alunas exerciam e sofriam efeitos da sociedade no seu contexto histórico e educacional. O que significava ser professora, aluna e mulher? Como as mulheres eram educadas? A metodologia adotada teve por base o método indiciário proposto por Ginzburg, quando então observamos nossas fontes (arquivos escolares, fotos e jornais) procurando ler os indícios, os sinais para além do campo visível. A pesquisa se inscreve nos Estudos de Gênero e nos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural. Embora no período em estudo o incentivo ao magistério feminino e à educação da mulher fosse justificado pela associação desta à representação de mãe, esposa e dona-de-casa, constatamos também a incipiente inserção feminina num processo social mais amplo: mudanças no comportamento da mulher e a paulatina conquista do espaço público, avanços ligados ao acesso das meninas à da educação escolar e ao mercado de trabalho por meio do magistério.

Palavras-chave: Magistério. Educação Feminina. Taperoá-PB.

Introdução

Este estudo tem como problematização entender quais eram os significados do magistério e da educação feminina nas primeiras décadas do século XX na vila de Taperoá-PB. Especificamente, procuraremos responder dois pontos: primeiro, que papel social as mulheres professoras assumiam naquela sociedade, e segundo, quais suas práticas e os saberes escolares em torno do tema da educação/escolarização feminina. Utilizamos como fonte de pesquisa os documentos existentes nos arquivos escolares e privados, fotos e jornais de época.



II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais *Culturas, leituras e representações*

2

O município de Taperoá (antes conhecido como Batalhão), situado no Cariri paraibano, fez parte enquanto povoado e distrito¹ da jurisdição de São João do Cariri até 1886, quando então se emancipou. Os registros cartoriais evidenciam que em torno daquela área ocorreu um significativo crescimento demográfico durante a segunda metade do século XIX, o que por certo foi contribuinte para sua elevação à vila (1873) e a município (1886). Foi em meio a essa emergência que, em 20 de julho de 1872, foi criada a primeira Escola Pública de Batalhão². Antes disso, àquela população estava para além dos saberes escolares, restando aos poucos abastados a escola pública de São João do Cariri ou o financiamento de um professor particular³.

No que diz respeito à criação dessas cadeiras isoladas pela província afora, a Assembléia Legislativa não seguia nenhum critério específico, apesar da recomendação do diretor da Instrução Pública Joaquim Moreira Lima de que fossem adotadas “(...) regras invariáveis para a criação de cadeiras: o mínimo de 20 alunos freqüentes” (PARAHYBA DO NORTE, 1871, p. 86). Partindo dessa sugestão, entendemos que a primeira escola pública de Batalhão abarcou um número superior a vinte alunos freqüentes.

Pinheiro (2002) observa que entre 1873 e 1875, registrou-se um crescimento da oferta de cadeiras isoladas na província, cujo número passou de 110 para 140. Vale destacar que esse foi um período de grande tensão social na Parahyba do Norte, tendo em vista a eclosão de vários movimentos populares, dentre eles, o Motim da Serra de Lagomá (1865) e o Quebra-Quilos (1874)⁴. A Igreja Católica, bem como alguns intelectuais da época, entendia que a falta que fazia ao povo as “luzes da instrução” dificultava sua “prosperidade”, ao mesmo tempo em que propiciava o surgimento de movimentos que colocavam em perigo a liberdade, cujo exercício não poderia ser confundido com os “(...) criminosos procedimentos, como louca e horrorosamente experimentou-se na comuna

¹ A sua elevação à categoria de Distrito de São João do Cariri ocorreu no ano de 1873, permanecendo como tal até 1886.

² Lei Provincial de Nº 475, do então presidente da Província Heráclito Alencastro Pereira da Graça.

³ Em 1864, São João do Cariri tinha duas cadeiras isoladas. Cf. Pinheiro, 2002, p. 43.

⁴ Para maiores informações acerca desses movimentos populares, ver trabalhos de Mello (1994) e de Freire (1971).



II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais *Culturas, leituras e representações*

3

parisiense: mais uma liberdade sã e pura, que demonstre o verdadeiro sentir de Amor á Pátria.” (Parahyba do Norte, 13 ago. 1877).⁵

Queremos instrucção para que não sejamos levados por caprichos alheios á enfurecermos contra as convenientes ordens de nosso governo, como lamentavelmente aconteceu na desastrosa quebra-kilos; queremo-la para que não reapareçam scenas tão ignominiosas como presenciar-se, há pouco, casas de homens pacíficos e briosos invadidas pelo desespero de vontades affrontosas; para não mais ouvirmos, dolorosa e irremediavelmente, o soluço de muitas filhas do povo pobre, arrastadas á sevar o desejo immundo de soldados cruéis, cujos actos envergonham a honra e a nobreza do paiz! (IDEM).

Acreditava-se, portanto, que a difusão da instrução pública propiciaria maior controle do Estado sobre a sociedade.

Os arquivos dessa primeira escola de Batalhão não foram por nós encontrados. Desse modo, não sabemos se essa escola era destinada a ambos os sexos. O que pudemos constatar é que o mais antigo acervo documental escolar daquele município data dos anos que seguem a 1897, sendo que o mesmo faz referência ao funcionamento da Escola Elementar Masculina e da Escola Elementar Feminina da Vila de Taperoá. Tentando responder a problematização apresentada acima, tomaremos como objeto de estudo esta última, onde então passaremos a investigá-la.

É no contexto dos primeiros anos do século XX, no processo de instauração da República e da implantação da modernidade no Brasil, pelos governos republicanos, que observamos um maior empenho no surgimento de escolas públicas pela Parahyba afora.

Segundo Pinheiro (2002), o advento do regime republicano, onde foram declarados eleitores todos os brasileiros do sexo masculino que soubessem ler e escrever (sufrágio universal), também foi um dos fatores que contribuiu para a expansão, muito embora que oscilatória, da instrução pública na Parahyba⁶. Ao mesmo tempo em que tal implementação constituía uma ação política com vistas à implantação do novo regime

⁵ Documento do NDIHR, microfilmado, rolo 01.

⁶ Durante a Primeira República ocorreram eleições diretas para as funções legislativa e executiva, exceto para os prefeitos municipais que foram todos indicados pelos governadores eleitos. Cf. Nicolau, 2002, p.p. 27-28.



II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais *Culturas, leituras e representações*

4

político-administrativo, tendo em vistas a construção do Estado Nacional. Nessa tarefa os ideais positivistas também tiveram sua importância, principalmente no alvorecer da República, com a influência de Benjamin Constant⁷ que “(...) promoveu uma reforma do ensino, em novembro de 1890, muito influenciada pela doutrina positivista, da qual era um dos mais fervorosos adeptos” (NISKIER, 1989, p. 220). Os ideais positivistas foram amplamente difundidos e tiveram representantes em quase todos os estados da recente República Brasileira, destacando-se, na Paraíba do Norte, Álvaro Machado⁸, militar e professor da Escola Militar do Rio de Janeiro, nomeado para a presidência do Estado por indicação de Floriano Peixoto. A educação era considerada por alguns agentes políticos, como um fator que funcionaria como propulsor do desenvolvimento e fortalecimento do Estado e da Nação. Esse aspecto foi salientado, por exemplo, pelo governador do estado da Paraíba do Norte, em 1906, quando afirmava que “(...) da instrução do povo, dependem em magna parte a prosperidade e a grandesa do Estado” (Paraíba do Norte, 1906, p. 9).

Também, de maneira genérica, é possível afirmar que a década de vinte tem sido estudada sob os chamados signos da modernidade, da modernização e do modernismo entendidos como projetos e como práticas sociais vinculados aos desejos de mudanças, de progressos. Nesse sentido, o cosmopolitismo da modernidade entendeu o ensino como uma ferramenta decisiva para romper com o provincianismo, o tradicional. A modernidade foi concebida pelos seus principais arautos como a ação edificante da razão que, através da ciência, da tecnologia, da instrução e das políticas sociais, universalizaria um novo modo de pensar e sentir a realidade. Não obstante, a universalização do *ethos* moderno não se realizaria, segundo aqueles que assumiram a sua difusão como missão cultural e política, sem instrumentos. A educação, de maneira particular, representou um meio privilegiado

⁷ Em síntese, para que houvesse o progresso na espécie humana, urgia uma ação sistemática e voluntária, a ser efetivada por intermédio da educação, não apenas intelectual, mas, sobretudo moral, propiciada pela mãe e pelo sacerdote, a quem se atribuía papel fundamental na formação moral do indivíduo. Cf. Bergo, 1979, p. 81.

⁸ Responsável pela fundação do Partido Republicano da Paraíba, em 1892. Nasceu em Areia, em 05 de março de 1857, e faleceu no Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1912. Fora da carreira militar, que abandonou em 1892, foi presidente do Estado da Paraíba por duas vezes (de 1892 a 1896 e de 1904 a 1908), sem, no entanto, ter chegado a concluir nenhum desses mandatos, por ter tido que ocupar o cargo de senador da República (1897 e 1906).



para a ação do sacerdócio modernizador, pois passou a ser associada às idéias de nação, de civismo, de ordem, de progresso, de justiça e de desenvolvimento.

É nesse contexto que verificamos o empenho à causa educacional na Parahyba do Norte durante as três primeiras décadas do século XX.

Escola Elementar Feminina da Vila de Taperoá

Segundo os registros documentais, esta cadeira era destinada exclusivamente às meninas, com a média de quarenta a cinquenta alunas no seu total por ano letivo, distribuída para o ensino do 1º ao 5º anos. Esse quadro se inscreve no processo de instauração da República, onde a escolarização feminina foi ampliada com o surgimento de escolas públicas específicas para meninas pelo interior da Parahyba. Esse isolamento entre os sexos se deu durante toda a Primeira República, uma vez que a co-educação era condenada por muitos educadores e legisladores, geralmente baseados em argumentos morais, tendo em vista os “riscos” de aproximação entre os sexos. Nesse momento, as mulheres foram convidadas para o exercício da docência. Se já era entendida como “função feminina” a educação dos filhos dos casais, elas poderiam também “cuidar” da educação dos filhos dos outros: desse modo, a ideologia da maternidade foi transportada para o magistério, o que evidenciou a perpetuação de mecanismos de discriminação e controle sobre a mulher.

Pinheiro (2002), observando o currículo escolar na Parahyba desse período, destaca que “(...) predominou a pedagogia tradicional, concebida como um misto da visão católica, herbartiana, pestalozziana e positivista”⁹. Isso se deveu ao fato de que pelo Estado afora era patente à influência dos acadêmicos da Faculdade de Direito de Recife nos projetos de educação. Os representantes dessa Faculdade diziam-se portadores de idéias das

⁹ A Pedagogia Herbartiana enunciou a crença de que qualquer conhecimento real da psicologia da educação poder ser obtido, não no estudo das crianças em massa, mas unicamente por meio de um estudo íntimo e prolongado do desenvolvimento de alguns indivíduos; A Pedagogia Pestalozziana baseia-se no método pedagógico, segundo o qual se deve partir do mais fácil e simples, para o mais difícil e complexo; A Pedagogia Positivista insistia no caráter utilitário, pragmático da educação e no valor do conhecimento científico.



II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais *Culturas, leituras e representações*

6

Ciências Positivas e das últimas descobertas das ciências experimentais, das novidades científicas e do progresso.

Ainda segundo Pinheiro (2002), foi em meio a esse pensamento educacional que as meninas foram encaminhadas para tais locais de ensino primário, onde recebiam um programa diferenciado que procurava “atender ao desenvolvimento de habilidades e atitudes femininas”, preparando-as para os futuros papéis de esposas dedicadas e mães exemplares, e nessa tarefa ninguém melhor do que a mulher-professora. Desse modo, o incentivo ao magistério feminino e à educação da mulher era justificado pela associação desta à representação de mãe, esposa e dona-de-casa, ou seja, a proposta de formação oferecida referendava os papéis tradicionais a serem preenchidos futuramente pelas jovens no interior do lar, como boas esposas e mães exemplares.

Baseadas nas diferenças biológicas entre os sexos, as sociedades teceram concepções de masculinidade e feminilidade que, geralmente, eram (e ainda são) usadas para justificar a submissão e a opressão de mulheres. Por suas “características”, o espaço por excelência da mulher era o espaço privado, representado pelo lar. Neste, ela estaria protegida e poderia cumprir de maneira eficiente suas funções de esposa e mãe. Já os homens assumiam as funções produtivas e ocupavam o espaço público. Devido à sua função reprodutiva, a educação das mulheres era, na maioria das vezes, limitada a melhor prepará-las para cuidar das atividades do lar¹⁰.

O conservadorismo e a manutenção do *status quo* deveriam presidir as instituições escolares, como fica claro na citação abaixo:

Como todo ensino, o da moral deve ser methodizado; começando por despertar os bons sentimentos das crianças, acostumando-as, ao respeito e ao reconhecimento, introduzindo-as aos hábitos de temperança, prudência, trabalho e coragem, até fazel-as conhecer os deveres de justiça e caridade, os da família e da sociedade (PARAHYBA DO NORTE, 1917, p. 01).

¹⁰ Sobre os estudos teóricos sob o enfoque do gênero, ver Louro (1997).



II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais *Culturas, leituras e representações*

7

Quanto à instalação da Escola Elementar Feminina de Taperoá, identificamos que, por não haver prédio público estadual naquela vila, a mesma funcionou durante muito tempo em casa alugada; primeiro vizinho ao atual prédio dos Correios e depois na Rua Manoel Dantas Vilar, onde hoje é a casa de propriedade dos herdeiros do falecido médico José Vilar de Carvalho. O seu primeiro registro, como já dito anteriormente, data de 1897 e nele encontramos como professora Emília Magalhães, filha do padre José de Sousa Magalhães, vigário de São João do Cariri.

O segundo nome encontrado como sendo professora daquela cadeira foi o de Lybia Lustosa Cabral, que, de acordo com o depoimento de Reuza Ribeiro de Queiroz (82 anos)¹¹, era esposa do juiz municipal Genésio Lustosa Cabral¹². Ainda de acordo com os registros documentais desta cadeira, notificamos que nas datas 16 e 31 junho e 12 de novembro de 1931, o salão da escola foi designado para que fossem procedidos exames de candidatas a professoras rudimentares, nos quais Lybia Cabral era a examinadora. É possível que tenha sido neste concurso público que a professora Alice Dias tenha se submetido a vacância e sendo, portanto, a selecionada, pois a partir deste ano os registros são sob suas assinaturas. Abaixo segue relação nominal das professoras que foram responsáveis pela educação feminina na vila de Taperoá nas primeiras décadas do século XX:

PROFESSORAS E SEUS RESPECTIVOS PERÍODOS DE ENSINO

PROFESSORA	PERÍODO
Emília Aires de Sousa Magalhães	1897
Lybia Lustosa Cabral	1926-1931
Helena Fonseca (Interina)	1932
Alice Dias	1932

FONTE: Livros de matrículas desta extinta Cadeira que se encontram no arquivo da Escola Estadual de Ensino Fundamental “Félix Dalto”.

¹¹ Entrevista concedida ao autor em 25 abr. 2004.

¹² Após ser emancipada a vila passou a ter juiz municipal, conforme se verifica no livro N° 01 de Compromissos de Funcionários, onde os mesmos atuavam empossando servidores públicos, celebrando casamentos, expedindo autorizações e resolvendo querelas municipais. Segundo tais registros, Genésio Lustosa Cabral foi juiz naquela vila entre 1921 e 1929.



II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais *Culturas, leituras e representações*

8

Faz-se interessante destacar que, com exceção de Alice Dias, não há referência aos concursos públicos das demais professoras. Essa constatação, somada ao fato de que as demais têm sobrenomes que indicam sua relação com os poderes políticos da vila e/ou região (a primeira com o padre e a segunda com o juiz), aponta para o fato de que ambas foram indicadas para os cargos. Pinheiro (2002), analisando a formação das Cadeiras Isoladas na Paraíba, observa que tanto a sua criação, quanto a sua “provisão” por professores oriundos dos grupos de confiança ou da parentela dos políticos e, não raro, apadrinhados e nomeados interinamente, representavam uma forma de garantir a popularidade desses políticos, de justificar seu empenho e poder, ou seja, consubstanciar a ingerência dos coronéis na vida pública.

Na época da Primeira República, “(...) o planejamento da organização escolar era feito de forma precária, estando a distribuição geográfica de cadeiras isoladas à mercê dos interesses de cada liderança política estadual e/ou municipal”. (PIMHEIRO, 2002, p. 49). Assim, a criação ou extinção de cadeiras isoladas e sua necessária provisão com professores eram influenciadas por relações de compadrio, marcada pela troca de favores, onde, muitas vezes, tais professoras não possuíam as qualificações necessárias¹³.

Um indício encontrado por nós nos registros dessa instituição e que serve para pensarmos mais sobre o currículo dessa escola feminina é o de que por determinação do Inspetor Administrativo de Ensino do Estado, não houveram aulas nesta escola entre os dias 20 e 27 de julho de 1931, quando então ocorreram as “(...) preleções sobre a vida do inolvidável presidente João Pessoa” (Livro de Matrícula Nº 01). Tratava-se das comemorações do aniversário de um ano pelo seu assassinato, processo esse cujo objetivo principal foi o de cultuar o “mito” João Pessoa como um “mártir”, um “herói”. A fotografia abaixo é uma outra fonte que nos serve para pensarmos a presença dessa escola feminina durante essa semana memorativa.

¹³ Cf. Graham (1997, p. 17), investiga “(...) o modo específico como a concessão de proteção, cargos oficiais e outros favores, em troca de lealdade política e pessoal, funcionava para beneficiar, especialmente, os interesses dos ricos”.



II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais

Culturas, leituras e representações

9



FONTE: Arquivo Reuza Ribeiro de Queiroz

A fotografia reúne diversos ícones significativos para compreensão do papel da educação, a par do Estado, na construção e socialização da visão do grupo político alçado ao poder na Paraíba pós “Revolução” de 1930. Ocupando o plano superior da imagem, vê-se a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, ainda em fase de construção. Além da instituição católica, podemos observar, em primeiro plano, duas filas de alunas, devidamente fardadas e a senhorita Julia Motta ostentando a Bandeira do “Nego”, trata-se da presença da Escola Elementar Feminina numa ocasião de forte socialização do mito João Pessoa, ou seja, da naturalização de uma memória que estava servindo a fins políticos do Estado da Paraíba.

Um outro registro fotográfico dessa escola data do ano de 1936, quando então já era regida pela professora Alice Dias. A imagem também é passível de uma leitura.



FONTE: Arquivo Reuza Ribeiro de Queiroz



Observamos que o local da imagem foi à parte traseira da escola, quando a mesma funcionava na Rua Manuel Dantas Vilar, onde aparecem trinta alunas fardadas e em posição que sinaliza a idéia de disciplina, tendo como destaque, num semblante de seriedade norteador, a professora Alice Dias¹⁴. A relação nominal das alunas¹⁵, feitas pela ex-aluna Reuza Ribeiro de Queiroz (terceira da terceira fila), permite visualizar que em sua maioria as alunas pertenciam às famílias que exerciam poder político e/ou econômico na vila: os Vilar, os Campos, os Farias Castro e os Ribeiro Sousa. Esse fato é interessante para pensarmos que nem todas as meninas daquela sociedade estavam inseridas na referida escola; que a mesma, seguindo não sabemos quais critérios, privilegiava as filhas da elite local.

Para além dessas críticas, também notamos no que tange a relação de gênero, que a inserção daquelas mulheres como professoras e dessas meninas como alunas, mesmo que reproduzindo uma cultura escolar que procurava reservar à mulher um papel específico naquela sociedade (mãe, esposa e dona de casa), significou mudanças processuais no comportamento das envolvidas nessa escolarização: tanto no que se refere ao acesso à escolaridade, antes privilégio apenas dos homens, quanto à paulatina conquista do espaço público, uma vez que essa escolarização permitiu maior espaço para o exercício do magistério às professoras. Exemplo disso é o fato de que muitas das alunas acima apresentadas foram professoras primárias nas décadas de 1940 e 1950 naquela vila. Para o sexo feminino, esses acontecimentos foram importantes tanto para a conquista de sua liberdade quanto de seu espaço.

¹⁴ Quanto ao papel das professoras, no que diz respeito ao ensino da moral, constantemente se ressaltava seu caráter, acima de tudo, prático: “(...) isto é, que a vida dos docentes se mostre, sobretudo um código de moralidade, que as suas ações sejam luminosos exemplos por onde os discentes aquilatem a beleza dos seus conselhos”. Cf. Almanach do Estado da Parahyba, 1922, p. 220.

¹⁵ Primeira fila (Da esquerda para a direita): Magda Vilar Suassuna (Midou), Nanú, ?, ?, Hilda Gondim Barreto, Socorro Ribeiro Sousa, ?, Inácia Lélis de Farias (Nanau). Segunda fila (Da esquerda para a direita): ?, ?, Euzir Ribeiro Sousa, ?, Celina Gomes da Silva, ?, Maria Rita Vilar Simões (Lalú), ?. Terceira fila (Da esquerda para a direita): Constância Gomes de Farias, ?, Reuza Ribeiro Sousa, Ivone Viana, ?, Maria José e Marly Vilar. Quarta fila (Da esquerda para a direita): Maria do Patrocínio Campos, Arlete de Farias Castro, Creusa Ribeiro Sousa, Iara, Alba, professora Alice Dias, Carmelita Gondim Barreto e Nilcéa Campos Guimarães.



II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais

Culturas, leituras e representações

11

Referências

ALMANACH DO ESTADO DA PARAHYBA, 1922.

FREIRE, Antônio. **Revolta do Quebra Quilos: Causas e Origens**. João Pessoa: Gráfica da ETF-PB, 1971.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Tradução: Celina Brandt. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: Del Piore, M. (Org). **Historiografia das Mulheres no Brasil**, São Paulo: UNESP/Contexto, 1997.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e Resistências**. João Pessoa: A União/SEC, 1994.

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zelar Editor. 2002.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 Anos de História (1500-2000)**. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco. 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

JORNAIS

Parahyba do Norte, 1877.

Parahyba do Norte, 1906.

Parahyba do Norte, 1917.

ARQUIVOS

Arquivo da extinta Escola Elementar Feminina da Vila de Taperoá Cadeira que se encontra na Escola Estadual de Ensino Fundamental “Félix Daltro”.

Arquivo Reuza Ribeiro de Queiroz

ENTREVISTA

Reuza Ribeiro de Queiroz